

Alfabetização fracassa há 40 anos no Brasil

Há quase 40 anos, o número de crianças que repete a primeira série, não conseguindo passar para a segunda, fica em torno dos 60 por cento. É o fracasso escolar, como o chama a professora Ana Maria Poppovic, uma das palestrantes da I Jornada Educacional: Problemática da Alfabetização, promovida em setembro pelo Instituto de Educação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Fracasso que se estende desde o afastamento das crianças que mais precisam da escola até os enormes gastos arcados pelo Governo, que tem um custo-aluno de dois anos de repetência, quando poderia pagar apenas um.

No início de sua palestra, a professora Ana Maria Poppovic, da Universidade de Brasília, caracteriza o "fracasso na alfabetização", problema mais agudo e sério da educação brasileira. As qualidades negativas parecem se multiplicar de modo assustador. É maciço devido ao número avassalador de crianças atingidas. Antidemocrático pois incide na população pobre. Etilista por afastar quem mais precisa da escola. Cruel e humilhador para o aluno, estigmatizando por não ser capaz de atingir os padrões propostos. Anti-econômico para a família e para o Governo.

É o que talvez seja mais grave: o fracasso escolar parece irremovível devido ao tempo em que está instalado, há quase quatro décadas. É claro que o fracasso não se atém apenas à repetência na primeira série. O próprio MEC admite a gravidade do problema, ao enumerar "oito desafios básicos". Mas é no fenômeno da repetência e seus efeitos que tudo começa a ser evidenciado. A partir dele, grammas se afastam da escola, sem possuir alternativas.

As matrículas na primeira série ultrapassam de modo absurdo o número total de crianças de sete anos, idade de entrada na escola. Os dados de 1973 mostram que a população brasileira de sete anos era de 2,8 milhões de crianças e as matrículas na primeira série alcançaram 6,7 milhões de alunos. Portanto, uma

quantidade 2,4 vezes maior".

SEM QUESTIONAMENTO

Ao se darem conta desta realidade chocante, pesquisadores em educação passaram a se preocupar com a questão. Ana fazia parte, há 12 anos, de uma equipe de estudiosos na Fundação Carlos Chagas. Até aquela época, o fracasso escolar era considerado um fato psicológico, um problema individual de cada criança que não possuía as habilidades necessárias para ser um bom aluno.

A criança que não aprendia era considerada portadora de problemas mentais, sensoriais ou neurológicos. Ou então, muito distraída, sem memória. Ou ainda, numa outra linha de explicação com vários adeptos, era considerada uma desajustada afetiva, atribuindo-lhes problemas emocionais. Os diagnósticos, porém, não se sucediam sempre numa linha psicológica e individual. O problema era do aluno e havia testes para prová-lo. Nunca se questionava a escola, a didática, as condições do ensino.

Os alunos que fracassavam eram encaminhados, após estudos e testes psicológicos, a um ensino especial. E isto quando possível. O fato é que, uma vez rotulada como limitrofe ou deficiente mental e encaminhada a uma dessas classes, nunca mais a criança pode ser considerada normal. "Mesmo porque as repetências sucessivas até conseguir a vaga e, depois, a pró-

pria classe especial, se encarregam de transformar uma criança normal em um deficiente social".

TEORIA SOCIAL

Durante a década de 60, houve grandes mu-

tações. Trabalhos de sociologia da educação mostraram que a incidência do fracasso escolar é grande entre populações pobres. Partir daí, o fenômeno passa a ser visto por uma ótica social. É a criança pobre que fracassa, logo, a pobreza é responsável pelo fracasso escolar.

Existe uma desigualdade de oportunidades entre a criança de classe média e a criança pobre, que faz com que esta última não tenha na idade de entrar para a escola, habilidades necessárias para ser bem sucedida. Desta forma o aluno pobre é marginalizado na escola por que a sua bagagem, cultura do meio que provém, não é adequada, esperada e exigida no colégio.

A teoria social é muito mais ampla e verdadeira do que a das deficiências individuais. Porém, se bem examinada, comenta a professora, continua apontando para um só culpado o aluno, que vem de família pobre e, portanto, despreparado para os

todos, critérios, didática, organização continuam fora do debate.

MUDAR O ALUNO

É baseado nesta colocação social e nas reivindicações das minorias atuantes que surge o conceito de educação compensatória e os programas que dele derivam.

A idéia é fornecer programas às crianças pobres que compensem o que lhes falta para atingir a meta desejada. A grande crítica é que a educação compensatória não questiona, nem faz nada para mudar a escola. Porém, questiona e quer mudar o aluno e seu meio social.

Combatendo esta perspectiva, há uma linha de pensamento que coloca o fracasso como resultado de um inter-relacionamento mal sucedido entre o aluno e a instituição escolar. Tal teoria defende que é preciso garantir a todos, seja qual for sua origem ou competência econômica, o direito ao conhecimento e, também, de usá-lo

escola deve adquirir competência técnica de que atualmente carece, desde o nível administrativo até a correção da deterioração da qualidade do magistério.

"Como deve ter ficado evidente", proclama Ana, "esta posição sócio-institucional com relação ao fracasso escolar é a nossa, a do grupo de pesquisadores em educação, atualmente na Fundação Carlos Chagas e que, há 12 anos, vem se preocupando com este problema". Desde então, diversas pesquisas e trabalhos foram realizados neste sentido. Em 1976, 1977 e 1978, foram realizados os programas Alfa I, II e III.

RESPEITO AS ORIGENS

O programa Alfa surgiu de pesquisas que mostram a realidade social e familiar da clientela escolar, colocando como uma das atitudes básicas o conhecimento e o respeito às origens culturais dos alunos. Ensina e treina as crianças a raciocinar, planejar, prever, solucionar, ou seja,

uso para o resto da vida. Neste mesmo programa, a alfabetização é considerada como um processo delicado e lento, que se desenvolve desde antes da entrada da criança para a escola, só se completando com a leitura silenciosa de idéias, pelos 11 ou 12 anos. Considera não só a leitura, mas todos os aspectos da comunicação verbal, como a linguagem interior, a oral e a escrita.

Por fim, o Alfa dá apoio à competência técnica do professor através de um treinamento em serviço e de materiais necessários para que possa melhor desempenhar suas funções. Todavia, quando o programa Alfa terminou, "a equipe sentiu que a mais frágil das causas do fracasso escolar, a que menos respaldo recebia, era a falta de competência técnica do professor em sala de aula".

DENUNCIAR ILUSÕES

Todos estes problemas deram origem ao traba-

atual equipe de Ana Maria Poppovic: Pensamento e Linguagem. Trata-se de um curso de aperfeiçoamento para os professores de primeiras séries do I Grau. Pensamento e Linguagem se difrige tanto à prática como à teoria daquilo que ensina; não se limita a conteúdos acadêmicos mas abrange também as atitudes afetivas dos professores; reabilita a alfabetização, tratando-a como parte importante de processos mentais da mais alta prioridade no esquema cognitivo; preocupa-se em criar uma nova didática.

Por fim, Ana cita a educadora francesa Thirion: "é preciso denunciar a ilusão que consiste em colocar os problemas sociais em termos psicológicos e apresentar soluções em termos de educação". E acrescenta: "é preciso combater a posição que consiste em considerar os problemas educacionais somente em termos sociais e apresentar soluções que podem levar ao imobilismo, ou seja, a negar soluções".

Arquivado
em 29/10/1981
Wentz
29/10/1981
Wentz

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
LABORATÓRIO DE

Desafios educacionais

Na última edição da revista do MEC (Ministério de Educação e Cultura), estão enumerados os desafios da educação básica, que compõem o quadro da realidade escolar brasileira:

- 1) Dos 24 milhões de crianças na faixa etária abaixo dos sete anos de idade, mais de 22 milhões estão sem atendimento a nível de pré-escolar;
- 2) Sete milhões de crianças, na faixa de atendimento escolar obrigatório, sete a 14 anos, estão sem frequentar a escola de I Grau;
- 3) A evasão e a repetência atingem mais de 60 por cento nas duas primeiras séries do I Grau. Nos últimos dez anos, estudos estatísticos têm mostrado, que, de cada 100 alunos que entram na primeira série, somente 27 chegam à quarta série e 17 à oitava série do I Grau;
- 4) O potencial da clientela estudantil está, em sua grande maioria, situado nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras, devido ao intenso processo migratório verificado nos

centros. Deduzindo-se daí que esta clientela é sócio-econômica e culturalmente das mais carentes:

- 5) O ensino do II Grau não está atendendo adequadamente à "profissionalização". Continua recebendo poucos alunos vindos da oitava série do I Grau (oitto de cada 100 — média brasileira) e quase sempre encaminha seus concluintes para a universidade, não exercendo, portanto, a sua função de terminalidade;
- 6) Milhares de jovens, todos na idade escolar "legal" exigida para as séries normais do I e II Graus, estão buscando alternativas do ensino supletivo, ao lado de milhões de adultos;
- 7) A "qualidade" do ensino de I e II Graus, de uma maneira geral, tem caído nos últimos anos. Em grande parte isto se deve à qualificação do magistério;
- 8) Os recursos financeiros, materiais e humanos são diminutos para se exercer a educação e são canalizados, de preferência, para o ensino superior, o que torna as ações da educação